

085



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

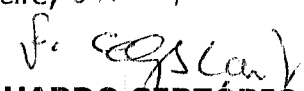
**Agravo: Nº. 192691-8/01**  
**Agravante:** Banco Itaú S/A  
**Agravada:** Zingara Maia de Freitas  
**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO NOME DA AUTORA EM REGISTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO APÓS QUITAÇÃO DO DÉBITO. R\$10.000,00. PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. AGRAVO LEGAL REJEITADO.

1. Incumbe ao credor, uma vez quitado o débito, cancelar o protesto. Precedentes STJ.
2. A manutenção do nome do devedor, nos órgãos de restrição ao crédito, após o pagamento da dívida, faz presumir a ocorrência de ofensa à honra, ao nome e à fama da pessoa, devendo a vítima ser indenizada por danos morais.
3. O *quantum* indenizatório fixado em R\$10.000,00 (dez mil reais) é proporcional e razoável, diante das particularidades do caso em apreço.
4. Agravo legal rejeitado.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Nº 192691-8/01, em que figuram como Agravante Banco Itaú S/A e, como Agravada, Zingara Maia de Freitas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar o Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 21/10/01

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

086  
/

198

**Agravo: Nº. 192691-8/01**

**Agravante:** Banco Itaú S/A

**Agravada:** Zingara Maia de Freitas

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de recurso de agravo (fls. 02/08) interposto pelo Banco Itaú S/A, diante de decisão monocrática (fls. 136/138) que negou seguimento ao recurso de apelação, por ele ajuizado, em face de Zingara Maia de Freitas.

Na decisão terminativa de fls. 136/138, a apelação foi julgada manifestamente improcedente, por estar em confronto com a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça e neste Tribunal de Justiça.

Em face de tal decisão, foi interposto o presente recurso de agravo, pelo Banco Itaú S/A, defendendo: **a)** não ter realizado qualquer inclusão nos órgãos de cadastros de restrição ao crédito em nome da agravada; **b)** ser de responsabilidade da recorrida o cancelamento do título junto ao cartório competente; e **c)** a ausência de razoabilidade e proporcionalidade no arbitramento dos danos morais.

Ao final, pugna pelo provimento do presente recurso.

É o relatório.

Recife, 11/12/05

*Eduardo Sertório*

**EDUARDO SERTÓRIO**

DESEMBARGADOR RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

17  
024

**Agravo: Nº. 192691-8/01**

**Agravante:** Banco Itaú S/A

**Agravada:** Zingara Maia de Freitas

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, vislumbro serem as razões do presente recurso exatamente iguais àquelas lançadas no bojo da apelação. Logo, não merecem prosperar.

**a) Quanto à alegação de não ter realizado qualquer inclusão nos órgãos de cadastros de restrição ao crédito em nome da agravada**

O Banco sustenta que a única restrição existente em nome da recorrida não teve origem no Banco Itaú, mas sim no Cartório de Protesto, único responsável pela negativação mencionada na petição inicial.

Compulsando as provas trazidas pela agravada, percebe-se, às fls. 30/34, o protesto de título do Banco Itaú, no dia 12/08/2004, no valor de R\$404,32 (quatrocentos e quatro reais e trinta e dois centavos), protocolo nº 000156419, conforme Certidão Narrativa do Cartório de Protesto de Títulos e Letras, do dia 25 de julho de 2008. O título em comento, entretanto, já havia sido pago por Zingara, conforme documento 8, fl. 25.

Desse modo, restou clara a inscrição do nome de Zingara no SERASA, e, mesmo após o pagamento do título, a manutenção daquela, ensejando a reparação moral da recorrida.

**b) Quanto à alegação de ser de responsabilidade da recorrida o cancelamento do título junto ao cartório competente**

A questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada, consoante se infere pelos seus fundamentos abaixo transcritos:

Inicialmente, o apelante defende a inexistência de qualquer norma que o obrigasse a realizar a baixa do protesto em comento, isto porque, quando um título é protestado e, posteriormente, dá-se o pagamento da dívida que ele representava, a incumbência de solicitação de sua baixa é do próprio devedor e não de quem o apresentou, nos termos do art. 2º da Lei 6.690/79, c/c art. 26 da Lei 9.492/97.

Ocorre que, levando em consideração exatamente o teor do art. 26 da Lei 9.492/97, o cancelamento do protesto também é de

18

078

responsabilidade do credor, já que compete a qualquer interessado fazê-lo, e, no presente caso, com o pagamento da dívida, o protesto tornou-se ilícito e, como tal, caberia ao apresentante promover sua baixa.

Assim, sendo inconteste que o título levado a protesto fora efetivamente pago pela apelada, constituiu-se ato ilícito, capaz de imprimir uma condenação a título de danos morais, a atitude do apelante de não providenciar a baixa do protesto do título, permitindo a manutenção do nome da recorrida nos vários órgãos de restrição de crédito.

Nesses termos é o entendimento no Superior Tribunal de Justiça, verificado nos seguintes julgados:

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO NOME DA AUTORA EM REGISTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO APÓS QUITAÇÃO DO DÉBITO.

**1. Consoante entendimento firmado nesta Corte, "cabe às entidades credoras que fazem uso dos serviços de cadastro de proteção ao crédito mantê-los atualizados, de sorte que uma vez recebido o pagamento da dívida, devem providenciar, em breve espaço de tempo, o cancelamento do registro negativo do devedor, sob pena de gerarem por omissão, lesão moral, passível de indenização"** (REsp. 299.456/SE, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ. 02.06.2003; REsp. 437.234/PB, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ. 29.09.2003; REsp. 292.045/RJ, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ. 08.10.2001).

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7. CANCELAMENTO DO PROTESTO. INCUMBÊNCIA DO CREDOR.

- Não há ofensa ao Art. 535 do CPC se, embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou todas as questões pertinentes.

- Para que se revele prequestionamento é necessário apenas que o tema tenha sido objeto de discussão na instância a quo, envolvendo dispositivo legal tido por violado.

- "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

**- Incumbe ao credor, uma vez quitado o débito, cancelar o protesto.**

(AgRg no Ag 665.483/GO, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ 24/10/2005 p. 317)

Sendo assim, verifico estar suficientemente comprovada a responsabilidade civil do agravante, pelo dano moral causado a Zingara, em face da manutenção de seu nome no SERASA, mesmo após o pagamento da dívida, fato este incontroverso no processo, haja vista ser de sua responsabilidade a retirada do nome da agravada do órgão restritivo de crédito.

089  
18 B

**c) Quanto à alegada ausência de razoabilidade e proporcionalidade no arbitramento dos danos morais**

Outro ponto fartamente discutido na decisão recorrida diz respeito à razoabilidade e proporcionalidade no arbitramento dos danos morais, não havendo razão a ensejar a modificação do julgado, devendo ser mantida a decisão por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los:

Alega o Banco que dos fatos alegados não decorrem sofrimentos em extensão suficiente a fazer nascer danos morais, ou seja, não há qualquer embasamento em provas que possam sustentar o *quantum* em que foi condenado o recorrente.

Não merece prosperar a irresignação do apelante, uma vez que a manutenção do nome da autora, nos cadastros de proteção ao crédito, mesmo após a quitação da dívida, como ocorreu no caso em apreço, faz presumir a ocorrência de ofensa à honra, ao nome e à fama da pessoa, acarretando-lhe fundado comprometimento de seu crédito, podendo levar ao constrangimento social e sofrimento pelos desastrosos efeitos de um protesto de título no mercado de hoje.

Atente-se, ainda, que na fixação dos danos morais, deve-se levar em conta as condições das partes, as circunstâncias em que ocorreu o fato e o grau do dano, para propiciar à vítima uma satisfação, sem caracterizar enriquecimento ilícito.


Desse modo, considerando os parâmetros já balizados neste Tribunal, no que concerne à fixação do *quantum* indenizatório, além dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, nota-se que é oportuno manter o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixados pelo MM. Juiz *a quo*, a título de danos morais, haja vista os graves constrangimentos sofridos pela recorrida oriundos da manutenção da negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

Logo, merece ser mantido o montante arbitrado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, bem como toda a decisão rechaçada, pelos motivos esposados.

Em face do exposto, conheço e nego provimento do presente recurso de agravo, mantendo a decisão monocrática.

É o voto.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator